INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL: OS PROFESSORES ESTÃO PREPARADOS PARA TRABALHAR COM ELAS?

SCHOOL INCLUSION OF CHILDREN WITH DISABILITIES IN PRIMARY EDUCATION: ARE TEACHERS PREPARED TO WORK WITH THEM?

Rayane Cristine da Silva Azevedo
Graduanda do Curso de Pedagogia do Centro Universitário São Jose.
Victória Maria dos Santos José
Graduanda do Curso de Pedagogia do Centro Universitário São Jose.
Orientador: Prof. Me. Victor Ramos Da Silva
Doutorando em Neurociência da Linguagem - UFRJ

RESUMO
A inclusão escolar é um processo de integração que visa a permanência dos alunos com deficiência em salas de aula regulares com o suporte necessário, de acordo com suas necessidades. Esta ação, que é aprovada por lei, ainda passa por algumas dificuldades como a descriminação, falta de recursos e suporte necessários e a falta de profissionais capacitados dentro e fora dos espaços escolares. O despreparo dos professores para receber e manter esses alunos incluídos, afetam diretamente o ensino aprendizagem e o desenvolvimento da criança. Logo, esse trabalho tem como arcabouço, Mantoan,2003; Almeida,2011; Piaget,1937, entre outros teóricos. Diante disso, foi feito uma entrevista com 6 docentes estudantes de pedagogia, onde foi possível concluir que, apesar das evoluções e das leis garantindo o direito das crianças com deficiência, durante a formação, muitos relatam ter tido pouco contato e qualificação necessária para receber esses alunos de forma adequada. O que resulta no despreparo do professor para com essas crianças, e ressalta a importância da formação continuada para garantir um ensino de qualidade e equidade.

Palavras-chave: Inclusão, formação continuada, despreparo.

ABSTRACT
School inclusion is an integration process that aims to keep students with disabilities in regular classrooms with the necessary support, according to their needs. This action, which is approved by law, still faces some difficulties such as discrimination, lack of

necessary resources and support, and lack of trained professionals inside and outside school spaces.The lack of preparation of teachers to receive and keep these students included directly affects the teaching, learning and development of the child. Therefore, this work has as its framework, Mantoan, 2003; Almeida, 2011; Piaget, 1937, among other theorists. In view of this, an interview was conducted with 6 teachers who are students of pedagogy, where it was possible to conclude that, despite the evolutions and laws guaranteeing the rights of children with disabilities, during their training, many report having had little contact and necessary qualification to receive these students adequately. This results in the lack of preparation of the teacher for these children, and highlights the importance of continuing education to ensure quality and equity education.
Keywords: Inclusion, continuing education, lack of preparation.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como finalidade, refletir sobre a formação do profissional da educação diante a inclusão escolar. Muito se fala sobre o avanço das escolas regulares, que após a Lei brasileira de inclusão Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, garante o estudo de todos sem fazer distinção. Uma implementação que se torna dever do estado, das famílias e da comunidade escolar e sociedade. Entretanto, pouco se fala na adaptação e realidade vivida por essa criança com deficiência, e principalmente, do profissional que está o recebendo.

A inclusão escolar, tem por objetivo promover a socialização, garantindo o direito igual a todos, com acesso à educação digna e principalmente com respeito. A Declaração de Salamanca, proporciona o nivelamento de oportunidades, fazendo com que essas pessoas estejam inseridas no âmbito escolar. Essa lei foi criada para ratificar o compromisso do estado com esses alunos, sendo esta o ponto de partida para um olhar mais acolhedor e compreensivo diante da necessidade de um acesso igualitário na educação, que sendo realizada da maneira correta, pode gerar melhorias tanto emocional, quanto físico.

Dito isso, quem garante essa mesma melhoria para o Professor? Quem se torna responsável por garantir a infraestrutura escolar, uma qualificação eficaz, recursos e diálogos necessários?

Sendo assim, o objetivo geral dessa pesquisa é analisar a realização de inclusão de crianças deficientes no Ensino Fundamental e a ação dos docentes neste processo.

E os objetivos específicos: Identificar se os docentes estão preparados (ou não) para trabalhar com as deficiências na aprendizagem; pesquisar sobre os espaços escolares serem (ou não) facilitadores nessa ação de aprendizagem;

A investigação desse estudo se dará através da pesquisa exploratória, que por sua vez, é fundamentada através de pesquisas bibliográficas de artigos e obras publicadas por autores que, possuem relação com o tema proposto, levando em

consideração também a experiência e vivência do pesquisador de forma a criar uma maior autonomia para o estudo.

A questão problema a ser investigada é justamente esse despreparo da qualificação do profissional, que por muitas vezes, vem com a carência de auxílio, recursos, e capacitação necessária e amparo do estado, para que seu trabalho seja realizado com qualidade.

A qualificação nesse processo, é de extrema importância, pois a sociedade deve ter o entendimento que o professor não é detentor de todo o conhecimento e, que ele está também em um lugar de evolução.

Quando o assunto é inclusão nos dias atuais, a metodologia mais eficiente, é a dedicação do professor para seu preparo profissional. Em sua grande maioria, os profissionais de educação acreditam no processo de inclusão, mas se sentem fora do perfil, sem argumentos ou sem formação, o que gera uma grande perda de motivação para dar continuidade ao seu trabalho e consequentemente, fazendo com que o aluno se torne o mais prejudicado na falta de competência dentro da sala de aula.

Dito isto, a justificativa desta pesquisa se dá precisamente pelos inúmeros desafios encontrados pelos professores no seu dia a dia, e a forma que essas barreiras são quebradas. Assim como, intencionar mudanças tanto nas práticas pedagógicas quanto na formação dos profissionais, instigando uma formação continuada muito necessária para realizar seu trabalho com êxito.

A formação continuada é essencial para garantir que os professores estejam bem-preparados para enfrentar os desafios em constante mudança no campo da educação e para proporcionar experiências de aprendizagem de alta qualidade aos alunos. Essa importância se dá por várias razões: Atualização de conhecimentos, melhoria da prática pedagógica, desenvolvimento profissional, promoção da inovação, adaptação as necessidades dos alunos e a valorização profissional.

A inclusão de crianças com deficiência no Ensino Fundamental ainda é um tema muito complexo que envolve diversos aspectos, tanto políticos quanto educacionais. Entender e realizar a inclusão requer diversos profissionais e recursos apropriados, como, salas de aula adaptadas, materiais específicos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicólogos, família e alunos. Não sendo dever somente do Professor.

Apesar disso, o papel crucial desse educador é o que torna esse processo completo. Cabe a ele atender as diversidades de cada aluno, criar estratégias para o ensino aprendizagem e promover um ambiente inclusivo e acolhedor, para todos. Os espaços escolares também fazem parte da inclusão, pois a adaptação busca ir além da sala de aula. É importante salientar que a mudança nos comportamentos, geram espaços educativos mais ricos e evoluídos no quesito aprendizagem.

Quando se fala de modificações ao espaço educativo, deve lembrar-se da importância dos recursos físicos. O ambiente em que esse aluno está incluído, permeia um conjunto de atitudes. É a compreensão do educador para facilitação da sua aprendizagem, e o quanto ele se sente confortável e feliz em seu âmbito escolar.

Para que minimamente a inclusão social seja realizada com êxito, é necessário olhar para esse aluno com olhar de compreensão, pois estar inserido, não garante uma melhora qualitativa em sua formação. Portanto, é valioso afirmar que o conjunto de ações, trazem um ponto em comum: Inclusão se faz presente no ambiente, conhecimento e no explorar.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Abranger o papel do professor na inclusão escolar de forma a refletir sobre seus estímulos e dificuldades no ensino fundamental será o ponto principal deste estudo. É importante definir os desafios, caminhos e principalmente, abraçar a ideia de que a inclusão escolar é um papel social do professor, da escola, dos pais e de toda uma comunidade para que a mesma possa acontecer. A este respeito, Maria Teresa Eglér Mantoan (2003, p. 18), afirma:

> A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa autoestima resultante da exclusão escolar e da social — alunos que são vítimas de seus pais, de seus professores e, sobretudo, das condições de pobreza em que vivem, em todos os seus sentidos.

A diversidade cultural ainda é um assunto delicado, principalmente quando o tópico se torna evasão escolar. Já que trabalhar com o diferente nem sempre é aceito com tanta facilidade pela sociedade. Apesar de todos os avanços concebidos até então,

a exclusão escolar ainda faz parte da vida de centenas de alunos. Contudo, o que seria exclusão, integração, até se chegar, de fato, à inclusão escolar?

A exclusão se define propriamente a retirar algo ou alguém. Deixar de fora sem nenhum motivo ou ação específica. Essa ação pode acontecer por diversos motivos: Pobreza, violência, mercado de trabalho, acesso limitado, e até mesmo, alguma necessidade específica que o aluno tenha.

Corroborando Boneti, alega que:

> [...] excluir significa expulsar do mundo dominante, significa, literalmente, pôr para fora dos parâmetros e das normas que regem as relações sociais, é não apenas marginalizar e sim desconsiderar a existência humana. Excluir significa criar e perpetuar condições sociais que tornam permanente o ato de morrer. (BONETI, 1988, p. 15).

A importância da integração escolar nesse processo educativo, é primordial, pois ela age para facilitar os alunos portadores de necessidades especiais, demarcando com eles seus deveres nesta inserção. Integrar é compreender que todos terão a mesma oportunidade, porém, as aulas devem ser adaptadas de acordo com a necessidade de cada educando.

> O uso do vocábulo “integração” refere-se mais especificamente à inserção de alunos em contexto de diversidade nas escolas comuns, mas seu emprego dá-se também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer ou residências para deficientes. (MONTOAN, 2003).

E a inclusão só é completa de fato, quando esse aluno, além de matriculado em uma escola regular, tenha através de adaptações, voz ativa / protagonismo para participar de diferentes lugares com autonomia e equidade. A educação inclusiva, conforme explica Fonseca (2003, p. 99), “Significa assegurar a todos os estudantes, sem exceção, independentemente de sua origem sociocultural e da sua evolução psicobiologia, a igualdade de oportunidades educativas”.

Desse modo, podemos dizer que os conceitos integração, exclusão e inclusão são de necessária apropriação daqueles que atuam em contexto de educação. A imagem a seguir, demonstra a diferença entre tais estados e bem resume os pontos até aqui trabalhados.

FIGURA 1: Diferença entre exclusão, integração, segregação e inclusão (EUREKA, 2024)

Após a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, que acontecera em 1994, foi criado a declaração de SALAMANCA, que trata de políticas, princípios e práticas na área da inclusão escolar. Ela aborda os direitos humanos e a educação para todos, onde aponta os princípios de uma educação inclusiva e de uma pedagogia centrada na criança.

Mediante a DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994), é alentado avigorar o direito à uma educação de qualidade, considerando de forma individual as características de cada aluno, sem que ocorra exclusão escolar ou discriminação por etnia, raça, gênero, condição social ou quaisquer outras diferenças. O documento salienta que é dever da escola ter conjunturas para atender a necessidade de cada educando.

Através dela, foi proclamado que:

> - Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
> - Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades.
>
> Seguindo tais teorias em prol do tema a ser trabalhado, a pesquisa estará visando aprofundar-se no preparo (ou não) do docente na inclusão dos alunos do ensino fundamental I. Portanto, ao longo desta, a investigação científica acrescentará discussões sobre essa temática.

Visto que, as políticas públicas são essenciais para garantir, avaliar e preservar os direitos a quem precisa, ela é capaz de proporcionar melhorias no desenvolvimento da aprendizagem, promovendo qualidade e equidade.

3. ESPAÇOS ESCOLARES COMO FACILITADORES DA APRENDIZAGEM

Entre os desafios para garantir o desenvolvimento de aprendizagem da criança, existem diversos fatores que se tornam indispensáveis para se tornar um facilitador: Aspectos econômicos, sociais, afetivos, psicológicos, emocionais, familiares e, ambientais interferem diretamente nessa atividade.

A inclusão permeia-se por numerosos confrontos. Dentre eles, encontra-se a escassez de um ambiente adequado para que esse processo inclusivo ocorra da maneira apropriado.

O ambiente escolar caminha lado a lado com as mudanças de comportamentos, pois, é através desta, que instigará a mudança nos espaços, tornando-os em ambientes ricos, a fim de assegurar que este local de aprendizagem seja um ambiente seguro, dialogável e acolhedor para o aluno. Ele deve ser organizado de uma maneira onde favoreça o aluno, e o torne protagonista do seu aprendizado. Valorizando suas vivências, culturas, e de acordo com suas necessidades, fazendo adaptações, caso necessário.

> Para qualquer ser vivo, o espaço é vital, não apenas para a sobrevivência, mas, sobretudo para o seu desenvolvimento. Para o ser humano, o espaço, além de ser um elemento potencialmente mensurável, é o lugar de reconhecimento de si e dos outros, porque é no espaço que ele se movimenta, realiza atividades e estabelece relações sociais (LIMA, 1995, p. 187).

É, através dessa ação, que a escola deixa de ser apenas um espaço formal, e desenvolve junto as atitudes dos profissionais, relações afetuosas coincidindo com a evolução do educando na inclusão, o que deve ser o verdadeiro propósito dessa atuação.

Esses espaços devem ser organizados de acordo com a faixa etária de cada criança, oferecendo os estímulos necessários para o desenvolvimento e propondo

desafios cognitivos e motores que a farão avançar no desenvolvimento de suas potencialidades.

Para Piaget (1937),

> Cada vez que alguém ensina prematuramente a uma criança algo que ele poderia ter descoberto, essa criança é impedida de inventá-la e, consequentemente, de compreendê-la completamente.

Desse modo, segundo o autor, o desenvolvimento cognitivo de cada pessoa é diferente, pois, são indivíduos com características diferentes de acordo com o estágio de vida em que se encontra. Ele defende a teoria de que a criança constrói seu próprio aprendizado, somando seu conhecimento de mundo e tornando mais ampla suas descobertas. Sendo assim, os instrumentos intelectuais, alteram-se de acordo com a faixa etária, dividindo-se em 4 estágios para o processo de desenvolvimento cognitivo, sendo eles: sensório motor, pré-operatório ou simbólico, operacional concreto, operacional formal.

- Sensório Motor: 0 a 2 anos – Aprende explorando e administrando reflexos, movimentos e sensações. É comum nesse estágio, jogar coisas no chão e levar objetos à boca.
- Pré-operatório ou simbólico: 2 a 7 anos – Domínio da linguagem; Egocentrismo; Confusão entre a realidade e fantasia; Pensamento intuitivo. Estágio em que a criança acredita em muito faz de conta, e costuma usar o termo “Não fui eu, foi minha mão”.
- Operacional Concreto: 7 a 12 anos – Capacidade de empatia; Raciocínio mais lógico; Compreensão matemática; Aprende com apoio de experiências concretas; Foco no presente; Estabelece relações entre conceitos aprendidos. São os momentos de “plim”, quando algumas situações começam a fazer sentido.
- Operacional Formal: 12 anos em diante - Inicia-se a formulação de hipóteses. É muito utilizada as frases “você não sabe nada!” ou “está tudo errado!” nesse período.

(Ninhos, 2021)

Dito isto, é importante levar em consideração, quatro aspectos que se interrelacionam:

- **Dimensão física**: condições de infraestrutura escolar e organização do mobiliário;

> - **Dimensão temporal**: quando e como cada local é utilizado pelos alunos e professores;
> - **Dimensão funcional**: a forma como o espaço é utilizado e suas múltiplas possibilidades;
> - **Dimensão relacional**: quem utiliza cada ambiente e de que maneira;
>
> (Urânia, 2021)

É importante salientar que, quando o ambiente não é facilitador, é o aluno quem mais perde no desempenho de sua formação, pois, este vira vítima da ignorância e falta de empenho de profissionais que, deviam zelar por uma escola adaptada às suas necessidades com recursos inclusivos, entre outros.

Segundo a lei 10.098/2000 e a Lei 10.172/2001, os sistemas de ensino devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, bem como de barreiras nas comunicações, provendo as escolas dos recursos humanos e materiais necessários.

> 1. Para atender aos padrões mínimos estabelecidos com respeito à acessibilidade, deve ser realizada a adaptação das escolas existentes e condicionada a autorização de construção e funcionamento de novas escolas ao preenchimento dos requisitos de infraestrutura definidos.
> 2. Deve ser assegurada, no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares, mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema Braille e a língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa, facultando-lhes e às suas famílias a opção.
>
> (Brasil, 2001)

Apesar desses espaços serem pensados para desenvolver a autonomia e independência da criança, o professor tem um papel de suma importância na utilização correta dessa atividade.

A função do professor, por tanto, se torna mediar as atividades propostas, para que esse ambiente não se torne vago e vazio, pois, o meio sozinho não dá conta de desenvolvê-lo. Cabe a ele planejar e organizar atividades direcionadas, relacionado com o espaço, a fim de buscar um desenvolvimento integral e no bem-estar da criança.

Segundo Almeida (2011, p. 36):

> [..] Precisamos considerar todos estes aspectos em quaisquer que sejam as nossas disciplinas escolares ou em quaisquer que sejam as nossas posições educativas, pois, se ambiente é também o lugar onde as dimensões morais acontecem e são apresentadas em suas mais diversas formas, independentemente da disciplina escolar, do conteúdo e do papel da formação, seja ela profissional ou básica, o que conta ao final é o caráter de nossas ações, essas, sim, são fortes e eternas. Todos nós somos envolvidos por moral e, consequentemente, por ambientes.

Sendo assim, entende-se que o ambiente interfere diretamente no processo de ensino aprendizagem, e devemos utilizá-lo para favorecer o desenvolvimento da criança de forma gradativa e saudável. Tendo em vista que, o aluno é o protagonista da sua trajetória no âmbito escolar, é importante considerar o seu bem- estar, assim como sua qualidade de vida futura, com a autonomia necessária obtida por meio de uma educação que valorize a inclusão.

4. FORMAÇÃO DOCENTE, SUA ATUAÇÃO E SEU PREPARO PARA A INCLUSÃO

Ao falar sobre formação docente, é necessário ter a compreensão de que há uma estruturação contínua. A escassez dessa feitura, somando-se a falta de recursos e despreparo, transfere para o aluno uma série de problemas, trazendo com ele, inúmeras dúvidas e insegurança para o professor sobre como lidar de fato com a inclusão.

De Vitta, De Vitta e Monteiro (2010), afirmam que: “O problema de recursos humanos, físicos e materiais, assim como da formação dos professores para a educação inclusiva é reflexo de uma política governamental que atinge a educação como um todo.”

É de suma importância que, primeiramente, esse profissional da educação, entenda que a inclusão não é um embaraço, mas que na verdade, essas barreiras que os tornam inseguros só ocorrem, pois, a inserção dessas crianças com deficiências não está sendo realizada de maneira adequada. Muitas escolas aceitam a matrícula dos

alunos, mas eles não são incluídos, pois existe a ausência da estrutura do local e da qualificação dos profissionais que trabalham neste âmbito educacional.

Almeida, (2011. P. 64), destaca que:

> Toda qualificação da escola é direcionada só para os pensantes, e isso nos dá a impressão de que os outros não são educadores. Não existe qualificação para aqueles que executam. Daí, quando a faxineira ou a merendeira passam pelo aluno no pátio, é destruída toda Pedagogia e toda concepção que você tem de trabalho. Se esses profissionais tivessem tido alguma chance de qualificação, eles poderiam fazer outras leituras dos alunos e, também, do que eles estão fazendo.

Para que a escola seja inclusiva, é necessário que todos os funcionários que nela trabalham, desenvolva essa percepção de compreender as diferenças desses alunos, mas que também saiba acolher. A inclusão começa da porta da escola com o porteiro, e permeia-se até o professor, que está ali vivenciando o desenvolvimento da aprendizagem do aluno. O professor, que será o principal mediador mediante as dificuldades que o educando possa vir a ter, pois é ele quem melhor conhece as objeções de cada aluno.

O educador carrega consigo diversos desafios diários, dentre eles a maior dificuldade é de conhecer o conflito de cada um, mas não conseguir distinguir que ação ele deve tomar. Afinal, sem qualificação, ele não consegue conhecer os tipos de deficiências, e muito menos desenvolver estratégias pedagógicas que faça com que seu aluno alavanque no desenvolvimento de sua aprendizagem.

Os profissionais da educação devem estar cientes de que o estudo nunca acaba, sendo assim, é necessário entender a importância da qualificação no processo de desenvolvimento pessoal e profissional. A formação continuada tem como principal finalidade prover em sua prática docente, facilitando ações no dia a dia e trazer a compreensão para os percursos e conflitos diários da sala de aula.

> A formação docente continuada é essencial e deve ser obrigatória no contexto educacional inclusivo, pois a mesma oferece a compreensão da prática pedagógica de maneira inclusiva e eficiente, onde as dificuldades, as singularidades, a diversidade do alunado, a cultura e as limitações específicas dos educandos com necessidades educacionais especiais (NEE), passam a ser compreendidas de forma mais humana e democrática. (Oliveira, 2017)

É importante ressaltar que para inclusão ser feita de forma prazerosa e adequada, é necessário a participação ativa de todos. Dessa maneira, o aluno não é responsabilidade apenas do professor regente, mas sim, de toda a escola.

Cada profissional tem seu papel e sua importância no processo de ensino aprendizagem do aluno, que deve ser visto como o protagonista do seu desenvolvimento. Muito se fala das atribuições do professor e o seu dever para com esses alunos, que vem aumentando atualmente. Porém, devemos nos perguntar quem se torna responsável pela formação desse professor para que ele se sinta preparado para lidar e realizar, de forma correta, a inclusão desses alunos.

Quando falamos e investimos em capacitação, também englobamos qualidade e melhorias para a escola como um todo, o que impacta diretamente na formação da própria instituição, por isso, torna-se então, dever da escola, acolher esse professor e oferecer as capacitações necessárias para o desenvolvimento saudável e garantido por lei. Visto que, tal formação é uma forma de oferecer suporte a esses professores.

O reconhecimento da formação continuada acaba por partir do próprio docente, pois se torna um preparo para lidar com as especificidades do dia a dia, e é visto como uma forma de aprimorar os conhecimentos já estabelecidos, tornando-se uma oportunidade de melhorar sua formação, atuação e carreira.

E são as complexidades que o docente permeia nesse percurso da aprendizagem, que despertam nele o desejo de se tornar um facilitador, tendo em vista que são eles, os professores, os principais agentes dessa metamorfose. Encontrar o melhor caminho para evolução do desenvolvimento desses alunos, exige muito esforço, estudo, e apoio familiar e da escola.

Outro ponto muito importante são os educadores que não possuem experiência. Em muitas escolas, existem professores que nunca trabalharam com alunos com deficiência no ensino fundamental, e dessa forma, sem preparo, ele pode se sentir incapaz, e até querer desistir da profissão, sentindo-se desgastado. Esse profissional pode acabar se tornando uma barreira gigante para a inclusão, e superar essas barreiras exige um trabalho multidisciplinar.

Para benefício dos alunos, se faz necessário que os professores estejam determinados a abranger bons resultados, a fim de que possa ter seu desenvolvimento

cognitivo. E para que isso ocorra, a formação recebida por esses profissionais da educação, deve ser prioridade. Embora se saiba que não é a realidade, é importante obter a compreensão de que é dever dos órgãos competentes terem um olhar mais atento para este fator no que concerne às políticas nacionais de formação de professores.

No Brasil, temos o final do século XIX como um divisor de águas para a educação inclusiva, onde surgiram os primeiros interessados a se dedicarem a cursos de formação para se tornarem profissionais capacitados. Esse acontecimento, abriu portas para pensamentos que já deveriam ser considerados: a inserção das pessoas com deficiência na sociedade. De lá para cá, tivemos avanços consideráveis nas disciplinas que abrangem essa área. Apesar de, ainda, não ser o suficiente para que os professores se sintam totalmente preparados para exercer essa função com qualidade e o conhecimento prévio necessário. E por isso, faz-se necessário a revisão do currículo escolar, para que cada aluno consiga receber acolhimento no meio em que é inserido, e não que, esse aluno, passe por mais uma adaptação para se encaixar em um ambiente desconfortável.

5. ANÁLISE DOS DADOS

A partir de uma pesquisa de campo feita no meio docente, entre 21 de maio de 2024 a 27 de maio de 2024 e pôde-se contar com a participação de seis professores, alunas de graduação do curso de pedagogia na UniSãoJosé, moradoras do Rio de janeiro e mulheres entre a faixa de 20 a 40 anos que atuam na área da inclusão há alguns anos, em diferentes ambientes, obtivemos alguns resultados.

Podemos, com a análise dos dados, observar que, apesar da inclusão ter crescido consideravelmente, mais da metade dos professores atuantes e futuros pedagogos, se sentem pouco preparados para trabalhar nesse campo.

FIGURA 2: Preparo Docente para a Inclusão (FORMS, 2024)

Ao analisar o gráfico, pode-se entender que os motivos de dificuldade e despreparo poderiam ser resolvidos se a formação docente desses educadores fosse levada em consideração no que tange à inclusão.

Muitos educadores relataram ter tido pouco contato com disciplinas que abrangessem o mundo da inclusão. E a relação com alunos incluídos era feita diretamente no estágio, onde chegavam sem preparo e sem formação teórica, ou em outros ambientes fora do âmbito escolar.

A respeito da formação continuada, uma das respondentes trouxe o relato "Fiz cursos livres voltado pra inclusão". E outra, "No máximo duas matérias". A respondente com maior experiência no âmbito inclusivo, relatou uma boa formação dos professores, além de cursos extracurriculares profissionalizantes e atualização dos conhecimentos em educação inclusiva durante sua graduação. O que retoma o ponto teórico discutido sobre a formação continuada do professor.

A importância da formação continuada se dá devido a relevância da experiência profissional nesse encadeamento da inclusão. Portanto, é fundamental que o educador possua uma experiência prévia neste contexto, iniciando o contato através do estágio, pois é o momento em que ele passa a conhecer as complexidades e virtudes da profissão.

É na vivência diária da sala de aula que esse profissional irá adquirir cognição para o desenvolvimento de ensino-aprendizagem e associar-se a efetiva atuação. Dito isto, há a compreensão de que o estágio prepara o universitário para a prática pedagógica sabendo que é uma etapa em que se adquiri conhecimentos, mas, não é de fato um amanho completo para sua formação.

> A prática que se exigia para a formação da futura professora era tão somente aquela possibilitada por algumas disciplinas do currículo (prática curricular). A prática profissional como componente da formação, sob a forma de um estágio profissional, não se colocava como necessária [...]. O estágio obrigatório não é garantia que o acadêmico estará preparado para regência na sala de aula. Estudos revelam que a observação é feita sem objetivo predeterminado, sem preparo e muitas vezes sem a assistência de professor capaz de discutir e analisar criticamente o que foi observado (PINHEIRO, 1996 apud PIMENTA, 2010).

O estágio é uma etapa na formação da preparação do educador que passa por inúmeras dificuldades, e uma das principais é o de entender o seu real papel. Nesse

percurso, muitos estagiários que nunca possuíram nenhum contato com alunos atípicos, acabam entrando nas escolas com a função de mediador, sem obtenção de práxis inclusiva e dessa forma, sem instrução para trabalhar com recursos que visem a evolução desse aluno na aprendizagem. É importante salientar que a mediação deve ocorrer de maneira adequada, com um mediador que se qualificou para isso.

Diante disso, percebemos que o que devia ser a preparação correta para que aquele universitário se torne um professor que conhece de fato a realidade que vai enfrentar, passa por diversas contrariedades. Assim como o estudante de pedagogia ou magistério, a escola também deve compreender o verdadeiro papel do estagiário para que todo esse processo ocorra de maneira adequada assim como notamos através da pesquisa os embaraços desses professores, futuros pedagogos e pedagogos diante da prática inclusiva nas escolas.

Apesar das dificuldades, por meio de relatos, podemos concluir que o professor dedicado à sua formação e ao seu preparo, tem, em um trabalho produtivo e gratificante resultados, já que pode auxiliar no desenvolvimento de aprendizagem da criança com deficiência. A inclusão por si só, não é um trabalho fácil. Para que o aluno tenha uma boa aprendizagem, é necessária uma equipe preparada de profissionais para receber essa criança. É responsabilidade do professor, participar de forma significativa nesse processo. E para que isso aconteça, devemos nos preocupar com sua formação enquanto docente, para formarmos mais educadores seguros e preparados para os desafios da inclusão.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados, tivemos a percepção e certeza de que a Inclusão Escolar no Ensino Fundamental e o despreparo dos professores diante dela, ainda é um aspecto que permanece em constante evolução.

Diversas são as (im)possibilidades que o docente permeia nesse processo, pois, observa-se que todos os dias eles enfrentam grandes desafios a serem superados, em prol de um trabalho de qualidade, e de forma a garantir equidade para estes alunos com deficiências.

Dado o exposto, concluímos que os espaços escolares se tornam fortes aliados no processo de ensino aprendizagem da criança. Visto que, a criança também aprende interagindo com o mundo ao seu redor, um ambiente adaptado é fundamental nesse desenvolvimento da inclusão, tendo em vista que, uma escola com todos os recursos necessários, traz ao aluno a sensação de acolhimento.

A inclusão escolar ainda tem muito o que avançar, principalmente quando voltamos os olhos para os professores que lidam com essas crianças diariamente. Uma formação continuada, acompanhados de recursos necessários, capacitações e debates abertos a fim de aprimorar as habilidades do educador, se tornam essenciais e interferem diretamente no desenvolvimento de ensino- aprendizagem das crianças matriculadas.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. **Minha escola recebeu alunos para a inclusão. Que faço agora?** Rio de Janeiro: Wak, 2011.

BEZERRA, Denise; SILVA, Daniel Mazon da; FIALHO, Francisco Antonio Pereira; SANTOS, Michele Steiner dos; SANTOS, Neri dos. **Passeando de Bicicleta com Jean Piaget**: fundamentos. São Paulo: Arquétipos, 2021. Disponível em: file:///C:/Users/55219/Downloads/LivroPiaget1-Fundamentos.pdf. Acesso em: 21 maio 2024.

ELALI, Gleice Azambuja. **O ambiente da escola - o ambiente na escola: uma discussão sobre a relação escola-natureza em educação infantil**. 2004. 11 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/epsic/a/DFpfPmBzKqVDWNRbth7vtWN/#. Acesso em: 17 maio 2024.

MARQUES, Jardel Delgado. **Um olhar sobre o currículo inclusivo para além dos aspectos burocráticos**. Revista Educação Pública, v. 20, nº 21, 9 de junho de 2020. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/21/um-olhar-sobre-o-curriculo-inclusivo-para-alem-dos-aspectos-burocraticos

MOANTOAN, Maria Teresa Égler. **INCLUSÃO ESCOLAR**: o que é? por quê? como fazer? Campinas: Moderna, 2003. 50 p. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf. Acesso em: 14 abr. 2024.

O PAPEL DO ESTAGIÁRIO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DA SERRA: DESCORTINANDO AS PRÁTICAS. Capixaba da Serra: Multivix, 2018. Disponível em: https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/06/revista-espaco-academico-v05-n10-artigo-5.pdf. Acesso em: 15 jun. 2024.

OLIVEIRA, Janaína Brum de; ZIESMANN, Cleusa Inês; GUILHERME, Alexandre Anselmo. **Educação inclusiva: (re)pensando a formação de professores**. 2020. 18 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal da Fronteira Sul, São Luiz Gonzaga, 2020. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/14453/2/Educacao_inclusiva_re_pensando_a_formacao_de_professores.pdf. Acesso em: 17 maio 2024.

OLIVEIRA, Roberto Dalmo Varallo Lima de; QUEIROZ, Gloria Regina Pessôa Campello. **A formação de professores de ciências a partir de uma perspectiva de Educação em Direitos Humanos**: uma pesquisa-ação. 2018. 19 f. Monografia (Especialização) - Curso de Educação Para A Ciência, Universidade Federal de Uberlandia, Minas Gerais, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/vBmCC5YHw7KgNBQ5vsGZRBG/#. Acesso em: 21 abr. 2024.

PINHEIRO, Maria do Carmo Lopes. **INCLUSÃO ESCOLAR: UM OLHAR PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**. 2020. 32 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pedagogia, Pontificia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1223/1/TCC%20Finalizado%20Maria%20do%20Carmo.pdf. Acesso em: 17 maio 2024.

PLETSCH, Márcia Denise. **A formação de professores para a educação inclusiva**: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. 2009. 14 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000100010. Acesso em: 12 mar. 2024.

PONCE, Joice Otávio; ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. **Autismo e inclusão no ensino regular: o olhar dos professores sobre esse processo**. 2019. 15 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Psicologia Clínica, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v24n2/a14v24n2.pdf. Acesso em: 13 maio 2024.

RIGO, Neusete Machado; OLIVEIRA, Morgana Maciel de. **INCLUSÃO ESCOLAR: EFEITOS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NOS PLANOS MUNICIPAIS**. 2020. 17 f. TCC (Graduação) - Curso de Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/g7gPkWP6pjtgXVqfdx9xhnm/#.. Acesso em: 17 maio 2024.

SILVA, Ruana Campos da; ARAðJO, Fernanda Santos de; SILVA, Vilmar Martins da; BAUER, Rozilma Soares; RIBEIRO, Rose Mary Soares. **INFLUÊNCIA DO AMBIENTE**

ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL. 2019. 12 f. TCC (Doutorado) - Curso de Pedagogia, Universidade Estadual Ma, Maranhão, 2019. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA9_ID12395_23092019193924.pdf. Acesso em: 09 abr. 2024.

TAVARES, Lídia Mara Fernandes Lopes; SANTOS, Larissa Medeiros Marinho dos; FREITAS, Maria Nivalda Carvalho. **A Educação Inclusiva: um Estudo sobre a Formação Docente**. 2016. 16 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de São João Del-Rei,, São João del Rei, Mg, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000400005. Acesso em: 21 maio. 2024

VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de; VITTA, Alberto de; MONTEIRO, Alexandra S.R. **Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência**. 2010. 14 f. TCC (Graduação) - Curso de Terapia Ocupacional, Universidade do Sagrado Coração, São Paulo, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-65382010000300007. Acesso em: 13 maio 2024.